

O MEDO DO FUTURO E AS NOSTALGIAS DO PERTENCIMENTO: LEITURAS DE UMA LIBERDADE PARADOXAL NA POLÍTICA

Eduardo Moura P. Oliveira

Resumo

Esse ensaio busca mapear o debate teórico a respeito de algumas representações do tempo e as emoções vinculadas a partir de diagnósticos da contemporaneidade, considerando a hipótese da nostalgia como mecanismo de defesa, âncora e bússola aos anseios por liberdade diante de um futuro representado como inseguro e um presente marcado pelas sensações de enfado e esgotamento. O trabalho explora o debate teórico sobre as temporalidades históricas e suas formas de apropriação do ponto de vista das subjetividades, na cultura e na política. Na segunda parte, procura levantar uma reflexão sobre as inseguranças através da passagem entre gerações até o debate sobre o esgotamento contemporâneo. Na sequência, o texto ensaia uma análise de uma *Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica*, documento político ligado a nostalgias do pertencimento capazes de resgatar passados ressignificados como liberdade. O trabalho visa, ainda, explorar o rendimento analítico de temas como emoções, política e discursos a partir das inseguranças contemporâneas.

Palavras-chave: emoções, temporalidade, política, nostalgia, educação.

Introdução:

A nostalgia há muito tempo deixou de ser um sentimento de tristeza ligado à perda de algo no passado e que permanece vivo na memória, o *rosebud* de Charles Kane¹. Hoje, se as tecnologias avançam e varrem gerações inteiras de produtos para os confins do passado, o sentimento de nostalgia inspira um amplo movimento de mercantilização através do qual a dimensão do vivido irrecuperável pode ser revitalizada, comprada e consumida. Como observou Gary Cross (2017), a nostalgia, antes associada a gerações distantes, hoje é também um sentimento experimentado por jovens, dada a aceleração dos tempos e as rápidas mudanças nas grandes cidades, que provocam uma rápida sucessão de bens e estímulos (SIMMEL, 1967). Videogames da década passada e telefones celulares de gerações anteriores parecem irreconhecíveis aos olhos dos mais jovens. As modas adolescentes desaparecem e reaparecem em períodos cada vez mais curtos.

A nostalgia é um poderoso sentimento de revitalização do passado, segundo Fred Davis (1979), uma reação provocada pelas ameaças à continuidade da identidade no tempo. A nostalgia é um sentimento que se expressa como um refúgio diante de uma avalanche de alterações que

¹ “Rosebud” é a última palavra dita pelo magnata da imprensa Charles Kane antes de morrer, o que gera uma investigação biográfica sobre o sentido e importância do termo em sua vida, em *Citizen Kane* (1941). O termo se refere a um trenó, brinquedo de infância perdido no tempo e que faz alusão ao momento em que Kane realmente foi feliz.

muitas vezes não são apenas propostas, mas promulgadas ostensivamente pelas mídias, especialmente nos anos 1970, tais como o abandono da calça boca-sino ou o corte de cabelo curto. “A nostalgia tornou-se, em suma, um meio para manter e reafirmar identidades que haviam sido gravemente feridas pela turbulência dos tempos” (DAVIS, 1979, p. 107).

O objetivo deste artigo é levantar reflexões sobre as relações entre temporalidade e estados emocionais nostálgicos na política contemporânea. Hoje em dia, um conjunto de inseguranças marca o horizonte de expectativas que envolvem o campo semântico da ideia de desenvolvimento, seja no âmbito pessoal e decorrente manutenção de laços afetivos, seja no âmbito profissional e das realizações através do trabalho, seja na esfera política e suas formas de organização voltadas ao que sobrou do termo ‘bem comum’. Se a subjetividade moderna se movimentou de forma errática e instável no limite de modos de existência públicos e privados (SENNETT, 2014), confiantes e arriscados (GIDDENS, 1991), fixos e fluidos (BAUMAN, 2001), um aspecto dessa realidade ocupa o debate público vinculado aos discursos em defesa da liberdade individual e autogestão do tempo: o desejo de retorno a arranjos epocais capazes de resgatar significados de estabilidade e restaurar sentidos de pertencimento coletivo. Nesse sentido, a pesquisa procura identificar as formas de mobilização de signos nostálgicos no documento de abertura de uma Frente Parlamentar para Educação criada em 2023, capaz de conjugar o medo do futuro com a revitalização de passados.

Temporalidades históricas em perspectiva: do *futocentrismo* ao *presentismo*

A modernidade apresentou um tipo de relação subjetiva com o tempo marcada pelo que Hartog (2013) denominou concepção futurocentrada, isto é, aberta à ampliação de direitos políticos, civis e sociais através do refinamento de uma racionalidade tecnológica. Com o desgaste dessas expectativas, em face de guerras, conflitos coloniais, crises econômicas e fim do socialismo, uma realidade política e social se impôs pelo aumento das violências e desigualdades. A sensação de hipertrofia assumiu a forma de um presente não mais apontado para um horizonte, mas expressão da estática sensação de aprisionamento. Esse fosso apontado por Koselleck (2006) entre experiência e expectativa constitui um processo de dilatação do presente, apontado dentro dos regimes de historicidade de Hartog (2013).

o presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos. (HARTOG, F. 2013, p.15).

De um futuro como significado de progresso para um futuro como significado de ameaça, uma série de leituras antecipam o quadro de desorientação, do ponto de vista de produção de subjetividades, muito antes das ondas nostálgicas recentes, na cultura e na política. Para François Dosse (2018), tal quadro de destruição, reflexo de uma convergência histórica incomparável entre racionalidade e produção de morte em série, reformulou o passado europeu em tons pessimistas, momento em que as noções de futuro como ruptura evolutiva deram lugar a uma espécie de luto pelo que se perdeu no passado.

Resultou daí uma dilatação do presente, uma presentificação do passado e um modo de relação com a historicidade em que o presente já não é pensado como antecipação do futuro, mas como campo de reciclagem do passado de modo genealógico. O futuro dissolve-se e o presente imóvel permite que o passado não se distancie (DOSSE, François, 2018, p. 482).

Citando o escritor René Char, Hannah Arendt reflete sobre o que seria uma síntese da erosão das formas de solucionar questões políticas na modernidade: “nossa herança foi deixada sem nenhum testamento” (ARENDR, 2011, p.28). Referindo-se a esse “tesouro perdido”, a função do testamento é a de comunicar as posses do passado para um futuro, de modo a preservar conteúdos pela indicação de seus valores como a liberdade pública e a garantia de direitos políticos. Na metáfora de Arendt, os ‘herdeiros’, os vivos, tiveram essas posses em suas mãos, mas o declínio do pensamento enquanto *testamento*, atividade crítica de mediação entre o lastro de passado e o horizonte de futuro, leva a autora a mobilizar as preocupações de Tocqueville a respeito das democracias: “desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, a mente humana caminha nas trevas (TOCQUEVILLE citado por ARENDR, 2011, p.32). Sua análise argumenta pela mobilização do passado em termos de interpretação crítica - ou seja, o passado não como guardião de conceitos tradicionais fixados, mas como dimensão que emerge dos acontecimentos suscitados pela experiência viva do presente. Arendt refere-se a um esforço de revitalização crítica dessa lacuna, esse não-tempo entre o passado e o futuro, o qual neutraliza a política.

A reflexão sobre o tempo em Arendt permite pensar como as lacunas de um presente dissociado da expectativa de progresso deram lugar a movimentos contemporâneos de recuperação de ‘heranças’ de passados em “formas ocas”, desvinculados de uma linguagem política. Um emblemático caso recente é o das formas de mobilização das noções de liberdade defendidas em seus brados por movimentos políticos de extrema-direita, na qual conteúdos do passado são recuperados fora de contextos e como instrumento de sustentação de verdades políticas específicas.

Na teoria sociológica, outros autores diagnosticaram as transformações das relações temporais e suas consequências como a passagem de futuros utópicos a futuros catastróficos e complexos de Urry (2016), a compressão do tempo-espaço das práticas de Harvey (2006), o desencaixe espaço-temporal de Giddens (1991), a mutação das estruturas temporais pela aceleração de Rosa (2019). Por todo lugar, a avidez por mudança na cultura e na política aparecia como forma de escapar de um presente sufocante.

Mesmo onde os sujeitos não trocam suas residências, parceiros sociais, nem objetos materiais importantes, como a sua casa e seu carro, ou até a sua bolsa, essas relações se tornaram, no horizonte da modernidade (tardia), tão contingentes que a troca é, a todo momento, uma possibilidade real, que a ‘persistência’ diante do movimento quase deve ser justificada (ROSA, 2019, p. 206).

Em comum, a substituição de padrões espaço-temporais fixos pela dissolução de ritmos e sequências estáveis, um movimento que atravessa as formas modernas de percepção do tempo e de formulação das expectativas. Antes de observar as relações entre a flexibilização das estruturas temporais e a revitalização de nostalgias de ordem e pertencimento, cabe compreender como a subjetividade opera e suas relações com ritmo da vida, naquilo que Simmel (2017) chamou de ‘tragédia da cultura’.

A concepção de uma dupla dimensão do tempo admite argumentar formas subjetivas de acionamentos de passados que se movimentam menos no registro de realidades e mais voltados a possibilidades legisladas por interesses, desejos e vontades individuais ou coletivas. Como crítico das formas sociais e seus fluxos, Simmel (1997) formula a dualidade individual pela articulação entre os esforços de conceituação da cultura e de crítica da modernidade. O enlace entre o indivíduo e a sociedade é resultado de um processo marcado pelas lutas entre a vida subjetiva e uma realidade externa disposta nas edificações de uma cultura objetiva. Assim, a cultura nunca é apenas o que ela apresenta em determinado momento, mas inclui uma dimensão inalcançável contida em si mesma, movimento simultâneo de possibilidades e impossibilidades.

No meio deste dualismo reside a ideia de cultura. Baseia-se num fato interior que só pode ser expresso completamente alegoricamente e um tanto vagamente como o caminho da alma para si mesma. Pois nenhuma ideia é apenas o que é neste momento, mas sempre algo mais: uma forma mais elevada e mais perfeita de si mesma dentro de si, não concreta, mas ainda de alguma forma presente. Não nos referimos aqui a um ideal nomeável, fixado em algum ponto do mundo intelectual, mas antes à libertação das tensões que nele residem, ao desenvolvimento da sua forma embrionária individual obedecendo a um impulso formal interno. (SIMMEL, 1997, p.55 - tradução minha).

Como algo que se movimenta, a cultura não é algo encerrado em si, mas uma liberação de energias tensionadas pelo indivíduo em suas potencialidades e pelas movimentações

históricas. “Enquanto toda coisa inanimada possui apenas o momento do presente, aquilo que está vivo se estende de maneira incomparável ao passado e ao futuro” (SIMMEL, 1997, p.56). Trata-se de uma formulação que passa necessariamente pela conexão a passados e a futuros. Nesse registo, cabe explorar os acionamentos de nostalgias ligadas a horizontes de segurança e expectativas políticas.

Diante dessa concepção de cultura como algo em movimento e sempre projetado a formas mais aperfeiçoadas de si, dimensão que aparece na contramarcha do presenteísmo histórico e dos sentidos de futuro como ameaça, uma inquietação atravessa as linhas iniciais dessa pesquisa? Quais as emoções vinculadas a uma recuperação de ordenamentos mais rígidos e voltados ao espectro conservador na cultura e na política?

Experiência temporal, medo do futuro e expectativas políticas

De acordo com uma pesquisa da Open Society (2023) realizada em mais de 30 países, são as gerações mais jovens as que mais desconfiam dos regimes democráticos como forma de organização política capaz de resolver os problemas das populações. Entre as 36 mil pessoas entrevistadas entre países como Brasil, França, Estados Unidos, África do Sul, Argentina, México e Índia, 42% dos jovens entre 18 e 35 anos se diziam apoiar regimes militares.

A idade parece ser um fator na formação de atitudes em relação à democracia. Houve menos entusiasmo pela democracia entre os jovens dos 18 aos 35 anos, com 57% preferindo-a a outras formas de governo. Para aqueles com 56 anos ou mais, o número foi de 71%. A faixa etária dos 18 aos 35 anos registou maior apoio ao regime militar (42%) do que aqueles com idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos (33%) e aqueles com idade igual ou superior a 56 anos (20%). Da mesma forma, 35% desta faixa etária mais jovem simpatizava com a ideia de um líder forte que abolisse os parlamentos e as eleições. Os números foram de 32% para aqueles com idade entre 36 e 55 anos e 26% para aqueles com 56 anos ou mais (OPEN SOCIETY FOUNDATIONS, 2023, p.18 - tradução minha).

Do ponto de vista qualitativo, a orientação analítica baseada em cortes geracionais deve estar ligada a outros marcadores, como gênero, raça, classe socioeconômica e território (DUFFY, 2021). O contraste entre gerações baseado no tempo não aparece de maneira evidente, contudo é possível considerar aspectos importantes do ponto de vista analítico, tais como o fato da chamada ‘geração Z’, grupo formado por pessoas nascidas entre aproximadamente 1995 e 2010, ser considerada como ‘nativa digital’ em função do acesso a tecnologias, internet e dispositivos móveis. Significa uma ampliação drástica nos modos de sociabilidade que implica na expansão das formas de participação, inclusive participação política através das redes, mas também no debate público e no acesso à educação e informações. Nesse sentido, é possível argumentar a relação entre o tempo vivido, formas de

participação e expectativas políticas a partir de determinadas gerações - ainda que se trate de um corte pouco preciso.

A idade tornou-se uma das linhas divisórias políticas mais proeminentes em vários países, e parece provável que a pandemia acelere essas tendências. Ao longo da história, pensadores influentes afirmaram que tempos tumultuados despertam a consciência geracional. Um dos pais de pensamento geracional, o sociólogo húngaro Karl Mannheim, delineou uma visão convincente de por que isso é importante, aproveitando a convulsão de sua própria vida, na primeira metade do século XX. Para Mannheim, as gerações não são apenas um grupo de pessoas nascidas ao mesmo tempo; eles têm uma identidade social formada por experiências comuns e muitas vezes traumáticas. Tendem a formar nossos sistemas de valores e comportamentos durante o final da infância e início da idade adulta, então grandes eventos têm um impacto muito mais forte nas pessoas que os vivenciam ao atingir a maioridade (DUFFY, 2021, p. 13).

Assim, é possível estabelecer relações entre, por exemplo, gerações temporalmente mais próximas de guerras e sentimentos de repulsa e pavor em relação a guerras. Por outro lado, gerações mais imersas em períodos históricos mais democráticos e voltados à ampliação de direitos pelo princípio da igualdade podem demonstrar simpatias ou curiosidades pelo seu oposto, por autoritarismos e redução de direitos.

Entre outros pontos que poderiam ser enumerados, como a marca da instabilidade do mercado de trabalho e de estruturas mais flexibilizadas até a expansão das formas e participação política - antes ligadas à imagem de jovens estudantes partidários e hoje conjugada ao ativismo em redes digitais - é possível identificar tendências ligadas às emoções e a passagem do tempo. Pollak (1992) identificou as relações entre a memória e a construção de pertencimentos ligados a identidades de grupos. Para o autor, o compartilhamento de memórias garante um sentimento de continuidade e coerência através do qual as pessoas se ligam a outras, uma lógica na qual o passado funciona como aporte para a edificação e consolidação de pertencimentos. A partir dessas disputas por passados em constante negociação, no qual memórias são ressignificadas e ligadas a acionamentos contemporâneos, cabe pensar as nostalgias como emoções capazes de impulsionar movimentos como a recuperação de tradicionalismos e conservadorismos na cena pública. Vejamos como isso ocorre através das relações cotidianas no trabalho e em casa.

No plano das conexões entre estados emocionais nostálgicos e desejo de ordem para o futuro na cultura, Sennett (2014) realizou um estudo sobre o ambiente de trabalho e as consequências pessoais dos processos de flexibilização que prometem ampliar o tempo e as oportunidades dos trabalhadores. Comparando o caso de duas gerações de uma mesma família, o pai Enrico e o filho Rico, observa como as promessas de flexibilização das burocracias e ampliação das liberdades de moldagem da própria vida resultaram em uma série de riscos capazes de ameaçar o senso de compromisso e de lealdade. Como executar projetos duradouros

e estabelecer valores de longo prazo em uma sociedade imediatista? - pergunta. Em suas reflexões, observa como Enrico, o pai, trabalhando como faxineiro, consegue alcançar objetivos como a compra do imóvel, o financiamento do estudo dos filhos e a criação de reservas econômicas. Por outro lado, o filho, formado em engenharia e que atuou como consultor em empresas de computadores do Vale do Silício, conta a sua história de vida entre mudanças, demissões e instabilidades. Suas formas e organização da vida eram baseadas na própria organização do tempo do trabalho, no qual a flexibilidade impede a separação de vivências como o tempo dedicado à família. “O esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal” (SENNETT, 2014, p. 24).

O padrão de comportamento de curto prazo, segundo Rico, era incompatível com as relações de confiança e senso de comprometimento com os filhos. O dilema de Rico aparecia através das queixas das regras mesquinhas de seu pai (que contava moedas e controlava horários), enquanto criança, e o medo de uma futura falta de disciplina dos seus próprios filhos. Para Sennett, Rico não podia oferecer a substância de sua vida de trabalho como modelo ao qual seus filhos poderiam seguir. “Você não imagina como me sinto idiota quando falo de compromissos mútuos com meus filhos. Para eles, é uma virtude abstrata”, diz Rico. (SENNETT, 2014, p. 26). A vida de seu pai Enrico era mais linearmente ordenada, onde algum grau de previsibilidade garantiria um planejamento voltado às melhorias da vida da família. Enrico, assim, se tornava autor da narrativa de sua história, o que conferia um senso de compromisso com os filhos. Nas linhas de Sennett, a vida da geração anterior é contada em termos de começo, meio e fim, tendo como protagonista, o próprio pai, Enrico.

Observando o contraste entre ampliação das potencialidades e desorientação em Giddens (1991) e em Sennett (2014), a pergunta que se coloca envolve as relações entre aspirações por liberdades capazes de tornar o indivíduo autor de sua própria história e legislador de seu próprio tempo. Como conectar uma narrativa de identidade a uma história de vida, se a nova economia nos coloca à deriva no tempo, de emprego em emprego, de relação em relação?

Esse paradoxo *mais tempo, menos disponibilidade* estabelece uma relação entre a ampliação das liberdades e as aspirações pela recuperação de ordenamentos mais rígidos. Na conversa, Rico se declarava liberal e demonstrou ser respeitoso com minorias. Por outro lado, se considerava também um “conservador cultural” ao afirmar seu “ódio” ao que chamou de “parasitas sociais”, pessoas que viviam da previdência e que gastavam os cheques do governo (2014, p. 28). No relato, Sennett observa que as formas de comportamento flexíveis de Rico não servem aos seus papéis de pai ou de membro de uma comunidade: “o conservadorismo

cultural que defende forma um testamento à coerência que sente faltar em sua vida (SENNETT, 2014, p. 29).

Rico se concentra em sua pura determinação de resistir; não vai ficar à deriva. Quer resistir, sobretudo à ácida erosão daquelas qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, propósito e resolução, que são de longo prazo na natureza. Afirma valores atemporais que caracterizam quem ele é - para sempre, permanentemente, essencialmente. Tornou-se estático, está encurralado na pura e simples afirmação de valores (SENNETT, 2014, p.31).

Nesse sentido, Rico assume sua disposição em ser responsabilizado em função de suas competências multifuncionais e flexibilidade no trabalho, virtude que, paradoxalmente, não oferece valores duráveis. Seu comportamento flexível e de curto prazo é uma qualidade, contudo, o enfraquece na afirmação de valores atemporais diante dos filhos. Como uma espécie de *nostalgia confusa*, Rico não deseja o retorno ao ordenamento rígido coordenado pelo pai, mas o quadro de desorientação e volatilidade apontado para o futuro parece justificar sua posição autodenominada ‘conservadora’, especialmente quando pensa nos filhos.

As confusões e ansiedades da mudança criaram nele essa oscilação para o extremo oposto; talvez por isso não possa mostrar a sua própria vida como uma história ilustrativa aos filhos, talvez porque, ouvindo-o, não tenhamos o senso de desenvolvimento do seu caráter, da evolução de seus ideais (SENNETT, 2014, p. 32)

Através do caso de Rico, Sennett abre uma fenda na relação entre os dilemas trazidos por um tempo que se apresenta como flexível, porém é vivenciado em termos de compressão das liberdades e fragmentação das tarefas, no contexto das relações de trabalho na economia capitalista. Tal fenda se caracteriza pelas consequências subjetivas causadas pela impossibilidade de realização de uma narrativa de si ligada a um senso de compromisso duradouro e as movimentações de uma sociedade volátil e de curto prazo. Rico afirma um posicionamento político autodeclarado como “conservador cultural”, expressão do desejo de segurança em relação aos que projeta aos filhos - antecipações do futuro que se tornam parte do presente, naquilo que Giddens (1991) chamou de ‘realismo utópico’. Para o autor inglês, a faculdade de estabelecer prescrições ou antecipações do futuro para o estado das coisas guarda a função de bloquear o caráter aberto trazido por uma modernidade orientada pela ruptura ameaçadora. Ao final de seu livro *As consequências da modernidade*, Giddens (1991) ensaia uma importante relação entre o esvaziamento das expectativas de futuro e o desejo de recuperação de ordenamentos mais rígidos.

Num mundo pós-moderno, o tempo e o espaço já não seriam ordenados em sua inter-relação pela sua historicidade. Se isto implicaria um ressurgimento da religião numa forma ou em outra é difícil dizer, mas **ocorreria supostamente uma renovação da fixidez em alguns aspectos da vida que lembrariam certas características da tradição**. Tal **fixidez**, por sua vez, propiciaria um embasamento para o sentido de segurança ontológica, reforçado pela consciência de um universo social sujeito ao controle humano (GIDDENS, 1991, p.193 - grifo meu).

Ao especular o ressurgimento de ordenamentos marcados pela fixidez de modo a lembrar características da tradição, Giddens aponta para um movimento da cultura disposto a fazer ressurgir o que chama de *segurança ontológica*. Para uma reflexão, os traços identificados por Sennett através do conservadorismo cultural e por Giddens através do ressurgimento da fixidez oferecem indícios de um contramovimento no que diz respeito às ameaças trazidas pela combinação de *presentes que esgotam e futuros que ameaçam*. Dissociado de uma linearidade sequencial e fragmentado em seus ordenamentos, as temporalidades implodiram as separações entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre a produção e o consumo.

Quando Sennett esboça um tipo de subjetividade conservadora e Giddens aciona uma renovação da fixidez como expressão da segurança, é possível pensar as relações entre acionamentos do passado ligados a expectativas para o futuro. Mais recentemente, trabalhos como o de Byung-Chul Han (2017) tratam da sensação de esgotamento diante de um mundo orientado pela hipervalorização do desempenho individual revestido por uma retórica de autossuficiência e positividade. De acordo com o seu *Sociedade do cansaço*, o ambiente pós-moderno se apresenta como uma atmosfera liberada da rigidez das regras e dos mecanismos de coerção como as burocracias e a vigilâncias. É o indivíduo quem se autogerencia.

Doenças psíquicas, como depressão e burnout são expressões de uma profunda crise da liberdade: são sintomas patológicos de que hoje ela se transforma muitas vezes em coerção. O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo absoluto na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo (HAN, 2017, p. 10).

Para Han, na medida em que o sujeito do desempenho está livre de uma dominação externa, se encontra submetido a si próprio, uma violência autogerada pelo gerenciamento dos próprios horários, do lazer, das atividades físicas, dos intervalos de descanso etc. “O sujeito do desempenho explora a si mesmo até consumir-se completamente (*burnout*). Ele desenvolve um processo de agressividade” (Han, 2017, p.101). Em diálogo, a questão apresentada por Han indica um quadro aguçado do debate apresentado por Sennett a respeito das subjetividades esgotadas por sua relação com o tempo. Não por acaso, a tese de Han deságua no encontro de um tipo subjetividade narcísica, voltada estritamente a arranjos comunitários que endossam seu estilo de vida, escolhas e preferências políticas em comum.

A atomização e a narcisização crescente da sociedade nos ensurdecem perante a voz do outro. Levam igualmente à perda da empatia. Hoje, cada um presta homenagem ao culto de si mesmo. Cada um performa e se produz. Não é a personalização algorítmica da rede, mas o desaparecimento do outro, a incapacidade de ouvir atentamente, que é responsável pela crise da democracia (HAN, 2022, p. 36).

A partir desse movimento que vai da insegurança a um esgotamento das expectativas, combinado a um tipo de individualidade voltada para a autogestão de sua performance, um quadro de ‘narcisização’ produz o ‘ensurdecimento’ das diferenças e o pertencimento como proteção. Nesse registro, edificam-se as nostalgias políticas.

Nostalgias de ordem e de pertencimento

Conceitualmente, a nostalgia vem do grego *nostos*, que significa “distância de casa ou do lugar de origem” e que suscita um *algos*, um sentimento de “dor” ou “tristeza”. Esse movimento de retorno a um passado seria capaz de restaurar sentidos e abrigar identidades em meio a ameaça de transformação provocada pela passagem do tempo, implacável e irreversível diante da capacidade de retenção do que a vida foi no passado. Do ponto de vista simbólico, no entanto, a nostalgia desperta o fascínio da recuperação de um passado confortável. É através dessa chave analítica que as práticas de consumo nostálgico podem ser analisadas.

Um sentimento de consumo nascido da constatação de que a temporalidade humana é irreversível, principalmente corporificada na experiência madeleine proustiana (a de *Em Busca do Tempo Perdido* que desencadeia as memórias involuntárias do autor), a nostalgia pode ser desconectada de sentimentos emocionais intensos e, às vezes, de experiências perdidas no tempo (BERLINER; ANGÉ, 2015, p.20).

Berliner e Angé explicam que a nostalgia pode assumir variados tons e provocar diferentes formas de investimento emocional. Desconectado de sentimentos emocionais mais intensos, é possível desfrutar de experiências levemente prazerosas, inclusive imaginárias, como o desejo de reviver o sabor da infância. Berliner e Angé (2015) mencionam, como exemplo, o fascínio despertado pela nostalgia do maio de 68, um tempo não vivido pelos autores, mas que é capaz de despertar certa nostalgia. “Estou pensando aqui em meu arrependimento por uma era intelectual idealizada de maio de 68 que não vivi. Em todo o mundo, jovens ansiavam por um país que normalmente não conheceram e que provavelmente nunca existiu” (BERLINER; ANGÉ, 2015, p. 21).

Na política e na cultura, considerando a nostalgia como dissociada da experiência, uma série de exemplos podem ser enumerados, desde o entusiasmo de jovens com ritmos musicais antigos, como o rock dos anos 1970, passando pelo desejo de morar em regiões bucólicas rurais para escapar do solavanco citadino mesmo nunca tendo vivido essa experiência até dimensões mais complexas desse fenômeno. Refiro-me aqui ao desejo de jovens pelo retorno de regimes

totalitários e ditatoriais, uma tendência recorrente nas democracias pelo mundo (LACLAU, 2005; CESARINO, 2020). É sobre essas ameaças de futuros que repousam essas nostalgias capazes de produzir pertencimentos e restabelecer sentidos de segurança na política conservadora.

No Brasil, especialmente após o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, uma série de projetos de lei de orientação conservadora têm sustentado discursos baseados na recuperação de conteúdos voltados a formas de passados imaginados como ordenamentos mais fixos. Uma dessas manifestações ocorreu em 2023 através da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI), de autoria dos deputados Gustavo Gayer, Marcos Pollon e Mario Frias, todos do Partido Liberal, além da participação ativa do deputado Nikolas Ferreira (PL/MG). Em comum, os deputados se declaram influenciadores digitais de aparição frequente em vídeos e redes sociais, com posições pró-armas e contra o aborto, sempre em linguagem simples e contundente, repleta de analogias e de ironias. Todos comunicam a públicos jovens (Gayer possui uma rede de cursos de inglês e Frias é conhecido por suas passagens como ator da Rede Globo). A idade - Frias com 52 anos, Nikolas com 28 anos, enquanto Gayer e Pollon com 43 anos, é um contraponto à imagem de políticos conservadores mais velhos, especialmente considerando a postura dos parlamentares.

Frente Parlamentar é um movimento de união de vários parlamentares no sentido de exercer pressões políticas, mobilização de pesquisas, promoção de debates públicos e elaboração de relatórios para sustentação de projetos de lei. A FPDEDI é um documento de 5 páginas, mas que guarda um poder político considerável: é assinada por 186 deputados de vários partidos de múltiplas orientações ideológicas. Sua força resultou na eleição de Nikolas Ferreira para a presidência da Comissão Parlamentar de Educação. A Frente Parlamentar é o primeiro movimento de aproximação, fundamentação e construção de decisões políticas endossadas pela população, pois inclui o diálogo com representantes da sociedade civil - no caso da educação, pais, professores, alunos e membros da comunidade escolar. Diante de sua importância política, cabe uma reflexão do ponto de vista das nostalgias políticas e seus significados.

No texto do documento, os parlamentares apresentam seus objetivos: “conscientizar pais, docentes e demais profissionais no ramo de ensino, alunos e representantes da sociedade civil da ocorrência de doutrinação ideológica em ambientes de ensino no Brasil”. Na sequência, propõe o monitoramento e promoção de ações “para fortalecer a família como instituição mais importante da sociedade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2023, p.2). Aqui a

tese da ameaça futura aparece como retórica de combate, acionando o termo ‘doutrinação’ - que sugere a privação de liberdades - como ameaça à família.

O documento se desenvolve no discurso cíclico, sendo recorrentes os termos “resgate”, “valores da família” e “liberdade de expressão”. Ao defender “o resgate da soberania dos pais” (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2023, art 2, inc VIII) o documento tende a se aproximar de um imaginário de ordem fornecido pela ideia de controle da própria narrativa rumo ao progresso, tal como no exemplo do pai Enrico, de Sennett. Como instrumento discursivo, o texto é capaz de tocar nas preocupações do filho Rico em relação ao cenário de inseguranças oferecido aos seus filhos. Ao costurar uma falsa associação entre as inseguranças do futuro e uma suposta desvirtuação do ensino escolar, acusado de se distanciar dos valores da família, o documento restaura um horizonte de expectativas fincado em passados caracterizados por ordens mais rígidas, a renovação da fixidez identificada por Giddens (1991). No entanto, ao postular como objetivo a recuperação da ‘soberania dos pais’ para que eles tenham ‘autoridade para questionar, criticar e reprovar grades curriculares e métodos de ensino’, o documento recria passados imaginados, um cenário de controle da grade curricular pelos pais que, de fato, nunca existiu. A nostalgia é a da imagem de uma educação libertada da ‘doutrinação’ e composta por termos como família e valores, no entanto, tal imagem é reelaborada através ‘do resgate da soberania dos pais’ como controladores dos conteúdos.

O texto fala em “garantir um ambiente educacional livre de doutrinação ideológica”, em outra parte, explicada como “lavagem cerebral esquerdo-marxista na mente das crianças e jovens do Brasil” (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2023, p.2). Nesse ponto, ‘garantias’ são ofertadas como sinônimo de ‘liberdade’ diante da ‘doutrinação’. Isto é, o movimento nostálgico é voltado para um sentido de retorno da ‘liberdade’ em oposição a outros passados desprezíveis, da perspectiva dos parlamentares autores do texto, a ‘lavagem cerebral esquerdo-marxista’. Através desse argumento polarizado, é possível constatar a formação de “bolhas” ideológicas marcadas pelo “ensurdecimento da voz do outro”, nos termos de Han (2022, p. 36). Referindo-se ao pós-factual como cenário político marcado por redes sociais, pertencimentos, ódio e notícias falsas:

No universo pós-factual das tribos digitais, a opinião não tem mais relação alguma com os fatos. Desse modo, prescinde de toda e qualquer racionalidade. Não é nem criticável, nem necessita de fundamentação. Quem se compromete com ela, contudo, recebe uma sensação de pertencimento. O discurso é substituído, portanto, pela crença e pelo voto de fé. Fora da área de cada tribo, então, há apenas inimigos – os outros, afinal – que devem ser combatidos. (HAN, 2022, p. 39).

O documento segue e prevê a formação de assembleias e o compromisso em proporcionar “visibilidade àqueles pais, alunos e familiares que já foram prejudicados (...) pelos efeitos, mudanças de mentalidade ou comportamento (...) que o contato com essa ideologização promove”. A tal ‘ideologização’ referida, embora não explicitada no documento, aponta para o que os próprios parlamentares chamam de ‘disseminação da ideologia de gênero no Brasil’. Nesse ponto, a nostalgia recupera signos de pertencimento a um imaginário de ordem tradicional, tais como “família”, “valores” e “preocupação com os filhos” não apenas para orientação de expectativas políticas, mas também para despertar sensações de pertencimento em oposição aos ‘inimigos’ (Han, 2022), identificados no documento como ‘doutrinadores ideológicos’.

A breve reflexão sobre os conteúdos do documento da Frente Parlamentar EDI permite identificar o acionamento de nostalgias ressignificadas no presente dentro de uma relação complexa: trata-se da revitalização de conteúdos do passado, como a família e os valores tradicionais, conjugados a um sentido de libertação da doutrinação ideológica através do resgate da soberania dos pais no controle dos currículos. Aqui, os signos do passado retornam através de uma conjugação de *maior liberdade* por meio de *maior controle*. Como consequência, remonta um cenário perigoso, no sentido de Hannah Arendt, da necessidade de mediação entre o passado e o futuro através do pensamento crítico, que se encontra cada vez mais em vias de se perder.

Conclusão

O documento possui um papel que não pode ser subestimado, uma vez que possui uma ampla frente formada por 186 representantes do poder legislativo comprometidos com o texto apresentado. A formação da frente foi aprovada e segue a pleno vapor em seus trabalhos. Desde a proposta inicial do Plano Nacional de Educação de incluir a educação sexual e os debates sobre as relações de gênero nas escolas, em 2010, uma série de reações surgem como contraponto fundamentado em argumentos recorrentes, como a recuperação de passados ligados à imagem da família tradicional e valores do passado. Como consequência política, tais nostalgias apontam para a recuperação das desigualdades de gênero e para o restabelecimento dos papéis dentro de uma normatividade marcada pela dominação heterossexual. Ao resgatar signos como o da ‘família tradicional’ e seus ‘valores’, de orientação heteronormativa, tais discursos parlamentares realizam o trabalho de recuperação das formas de dominação como refundadoras de ordens sociais mais seguras.

Paralelamente, essas nostalgias oferecem ao indivíduo atravessado por inseguranças uma âncora de pertencimento, na qual pessoas se associam politicamente em nome da defesa da conservação de signos do passado ressignificados no presente. Além disso, um paradoxo dos acionamentos de passados aparece através de seus vínculos com figuras do legislativo ligadas a juventudes, como Nikolas Ferreira, Mario Frias e o próprio Gustavo Gayer. Como jovens políticos, trata-se de representantes simbolicamente projetados ao futuro, porém, posicionados como defensores de passados específicos vinculados à recuperação de arranjos desiguais entre gêneros.

No documento da Frente Parlamentar, toda justificativa está fundamentada em uma ideia de resgate dos valores da família, uma imagem apresentada como extremo oposto ao ‘inimigo’ a ser combatido: a ‘doutrinação’ causada pela inclusão de conteúdos como a educação sexual e o debate de gênero nas escolas. Portanto, os signos nostálgicos ligados à noção de família tradicional aparecem como instrumento político de combate ao outro ameaçador do futuro.

A nostalgia é, nesse registro, objeto de apropriação, instrumentalização e pertencimento político. Recentemente, a dramaturga Lynn Nottage (SMITH, 2016), vencedora do prêmio Pulitzer, desenvolveu uma peça baseada em anos de trabalho com entrevistas entre os moradores de Reading, Pensilvânia, considerado um dos bairros mais pobres dos Estados Unidos. Na peça, em referência ao contexto político de Donald Trump, um dos personagens diz que a nostalgia é uma “doença dos americanos brancos” em seu desejo de conservação de uma América que nunca existiu, apenas imaginada. Quando constatamos jovens como o deputado Nikolas Ferreira, de 28 anos, indicado para a presidência da Comissão de Educação da Câmara com a força política da Frente Parlamentar, liderando os trabalhos da mesa diretora e argumentando em nome do resgate dos valores da família, é possível pensar em alguns pontos. O medo de futuros cada vez mais ameaçadores da sensação de segurança, conjugado a um estado de avidez consumista por novidades na política, tem produzido acionamentos políticos ligados a nostalgias específicas. Recentemente, realizei, ao lado de Maria Claudia Coelho (2020), um estudo sobre as relações entre os sentimentos inscritos no tempo e a política. Na pesquisa, observamos como a nostalgia e a esperança estão ligadas a movimentações de natureza política no cenário contemporâneo.

Como as lembranças de um passado revivido orientam práticas e discursos? Como as esperanças e projeções no futuro convocam ações no presente? Tais perguntas permitem ligar o estudo do tempo e das emoções a uma dimensão política, uma vez

associado a expectativas de transformação social, tal como é possível observar nos discursos políticos de candidatos e mesmo nos acontecimentos de 2013 que ficaram conhecidos no Brasil como Jornadas de junho, quando uma série de manifestações ganhou corpo e se alastrou por diversas cidades do país. Nessas falas, o acionamento e a evocação da esperança como nutriente da ação, sejam motivados por fins eleitorais ou inspirados por princípios de justiça e equidade, ocupam lugar central no direcionamento discursivo de atores, ainda que no tabuleiro da política suas posições sejam distintas (COELHO; OLIVEIRA, 2020, p. 1088).

Os acionamentos discursivos voltados para fins políticos fazem da nostalgia um potente instrumento de mobilização e pertencimento. É através desse aspecto que as nostalgias se abrem como amplo campo de estudos na contemporaneidade, no qual as pessoas sentem, desejam, praticam e acionam signos do passado e suas mais variadas formas de manifestação.

Bibliografia:

ANGÉ, Olivia e BERLINER, David. *Anthropology and nostalgia*. Oxford: Berghahn Books, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Jorge Zahar, 2001.

BERLINER, David. Are anthropologists nostalgist? In: O. Angé, & D. Berliner, (orgs.). *Anthropology and nostalgia*. Berghahn Books, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, Requ 2196/2023: Requerimento de criação de Frente Parlamentar em Defesa da Educação Sem Doutrinação Ideológica. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2372859>

Acessado em 17 de abril de 2024.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, n. 1, v. 1, fev., p. 91-120, 2020.

CROSS, Gary. *Consumed Nostalgia*. Columbia University Press, 2017.

COELHO, Maria Claudia, OLIVEIRA, Eduardo. Reflexões sobre o tempo e as emoções na antropologia: definições, práticas e políticas. *Sociologia & Antropologia*, 10(3), 2020.

DAVIS, Fred. *Yearning for Yesterday: A Sociology of Nostalgia*. New York: Free Press, 1979.

DOSSE, François. *História do estruturalismo - vol I*. São Paulo: Unesp, 2018.

DUFFY, Bobby. *Generations: does when you're born shape who you are?* London: Atlantic Books, 2021.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Autêntica, 2013.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Contraponto, 2006.

LACLAU, Ernesto. **A razão polulista**. São Paulo: Três Estrelas/Buenos Aires: Ariel, 2005.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. Barometer: can democracy deliver? <https://www.opensocietyfoundations.org/focus/open-society-barometer> Acessado em 17 de abril de 2024.

POMIAN, Krzysztof. L'ordre du temps. Gallimard, 1999.

ROSA, Hartmut. Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Unesp, 2019.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIMMEL, Georg. On Individuality and Social Forms. Chicago: Chicago University Press, 1992.

SMITH, David. Lynn Nottage: "Nostalgia is a disease many white Americans have". The Guardian, Washington, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/stage/2016/feb/17/lynn-nottage-sweat-donald-trump-bernie-sanders> Acessado em 17 de abril de 2024.

URRY, John. What is the future? Cambridge, Polity, 2016.